

Terra da impunidade

 poder360.com.br/opiniao/terra-da-impunidade

Roberto Livianu

December 16, 2025

A Câmara, ao desprezar a decisão do STF literalmente rasgou a Constituição em relação a separação dos poderes



É inadmissível que o poder seja utilizado visando ao autobenefício, sem qualquer compromisso com a institucionalidade republicana democrática, diz o articulista; na imagem, pessoas manifestando contra o PL da Dosimetria no Rio

© Sérgio Lima/Poder360 - 14.dez.2025

No último domingo (14.dez.2025), [voltamos às ruas](#) contra o PL da Dosimetria, que pretende suavizar as penas de crimes cometidos contra a democracia, propondo mudar uma lei que está em vigor há apenas 4 anos para acomodar interesses particulares.



Há quase 2 meses, a pauta foi a PEC da Bandidagem ou [PEC da Blindagem](#), aprovada na Câmara na calada da noite, mediante urgência de votação, sem qualquer prévio exame de comissão, sem qualquer prévia audiência pública, na base da “tratorada” bruta.

A lógica daquela medida era exigir prévia autorização legislativa para que políticos fossem responsabilizados por crimes, o que afrontava diversas cláusulas pétreas constitucionais (núcleo imutável) como a separação dos Poderes e a isonomia, transformando os congressistas em deuses intocáveis, seres acima do bem e do mal.

Sensível ao grito das ruas, o Senado [enterrou](#) aquela esdrúxula proposição por sua inconstitucionalidade, por 26 X 0 a partir do importante voto do relator [Alessandro Vieira](#) – infelizmente, apenas um pequeno e breve sopro de esperança.

Muito breve porque, na semana imediatamente seguinte, a Lei da Ficha Limpa seria esmagada mediante a sanção presidencial a uma proposição muito nociva à sociedade, desrespeitando sua origem de projeto de iniciativa popular, lastreada em 1,6 milhão de assinaturas colhidas durante 14 anos e com aprovação unânime em 2010. Tudo foi por água abaixo mediante a famigerada urgência de votação.

Poucos dias atrás, circulou uma notícia que deveria ser estarrecedora: a apreensão de R\$ 90.000 em dinheiro em poder do [presidente da Alerj](#), o que ensejou ordem judicial criminal de prisão, já que ele rigorosamente nada disse sobre a origem do dinheiro.

Mas a Alerj, sem qualquer cerimônia, ao arrepio da Constituição, simplesmente decidiu que a decisão da Justiça deve ser desprezada e determinou que o deputado não pode ser mantido preso, como se não houvesse Justiça, como se não houvesse separação de Poderes, como se não houvesse Estado de Direito.

Pois bem, neste mesmo caminho, na semana passada, estando pautados na Câmara Federal os casos dos deputados [Glauber Braga](#) (Psol-RJ) e [Carla Zambelli](#) (PL-SP), o que estava ruim, atingiu níveis apocalípticos de podridão política, a degradação parece não ter limites, assim como a perda de comando da Câmara.

Depois de conduzir com total inabilidade a [perda da posse da cadeira presidencial da Câmara](#) por deputados oposicionistas, [Hugo Motta](#) tentou levar o assunto na conversa mansa, tendo demonstrado extrema dificuldade de liderança, precisou da intervenção do ex-presidente [Arthur Lira](#) para encontrar uma solução.

Desta vez, sua atitude extremou para outro polo evidenciando 2 pesos e duas medidas. Mandou a Polícia Legislativa [arrancar Glauber Braga](#) da cadeira que este ocupou como forma de resistência à votação do [PL da Dosimetria](#) e de sua cassação, gerando atos de violência política

que correram o mundo causando perplexidade. E pior, ao ser perguntado, disse que não tinha dado a ordem, que assim ficou creditada a entes fantasmagóricos.

A mesma Câmara [quase cassou o mandato de Glauber](#) por ter agredido em legítima defesa da honra de sua mãe. Foi suspenso por 6 meses por este *gravíssimo* ato. Tinha ela a missão de examinar o [caso de Carla Zambelli](#), condenada a 15 anos e 3 meses de reclusão pelo STF por [invadir](#) o sistema eletrônico do CNJ, falsificar documentos públicos e [portar ilegalmente arma de fogo](#) em via pública.



[Watch Video At: https://youtu.be/IQitRJQdCk](#)

Depois de [tentar fugir](#) para ficar impune, a congressista está [presa](#) na Itália, em vias de ser [extraditada](#) ao Brasil para aqui cumprir a pena.

Mesmo assim, e apesar do parecer da CCJ da Câmara no sentido de ser observada a decisão do STF, o plenário optou por simplesmente desprezar a ordem, ao arrepio do princípio da independência judicial e da separação dos Poderes, contribuindo decisivamente para a percepção social de perda de credibilidade e de apodrecimento político que levou as pessoas [às ruas em 22 de setembro](#).

Ou seja, a Câmara, ao desprezar a decisão condenatória emanada do STF, literalmente rasgou a Constituição no que diz respeito à separação dos Poderes. Como se não houvesse Suprema Corte. Como se não houvesse Justiça, em face do que [foi necessário chamar o STF a intervir](#), decretando a nulidade da deliberação da Câmara.

A deputada [Zambelli](#), mesmo sabendo que está condenada a uma longa pena e que durante o cumprimento da pena obviamente está absolutamente inelegível por razões criminais além das consequências inerentes à Lei da Ficha Limpa, [renuncia](#) ao mandato pouco mais de 1 ano antes de sua expiração para criar a narrativa de vítima supostamente perseguida para as redes sociais.

É inadmissível que o poder seja utilizado visando ao autobenefício, sem qualquer compromisso com a institucionalidade republicana democrática, o que está levando o país a um precipício social e político, com as instituições públicas vivendo um processo de progressiva perda de credibilidade.

A Câmara dos Deputados, que tem papel fundamental na nossa democracia e cujo montante das emendas parlamentares [aumentou 25.100%](#) em 11 anos, apresenta-se hoje infelizmente de forma nua e crua como terra da impunidade.

[o Poder360 integra o](#)



autores



[Roberto Livianu](#)

Roberto Livianu, 57 anos, é procurador de Justiça, atuando na área criminal, e doutor em direito pela USP. Idealizou e preside o Instituto Não Aceito Corrupção. Integra a bancada do Linha Direta com a Justiça, da Rádio Bandeirantes, e a Academia Paulista de Letras Jurídicas. É articulista da *Rádio Justiça*, do STF, do *O Globo* e da *Folha de S. Paulo*. Escreve para o Poder360 semanalmente às terças-feiras.

nota do editor: os textos, fotos, vídeos, tabelas e outros materiais iconográficos publicados no espaço “opinião” não refletem necessariamente o pensamento do Poder360, sendo de total responsabilidade do(s) autor(es) as informações, juízos de valor e conceitos divulgados.